



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0001168-37.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Assistência Judiciária Gratuita**
 Impugnante: **Imobiliária Manzano Administradora Predial São Carlos Ltda**
 Impugnado: **Laura Mompean Rosalis e outro**

Proc. 2570/12-2

4a. Vara Cível

Vistos, etc.

A concessão da justiça gratuita é regulada pela lei 1.060/50, normativo que não se preocupa em nenhum de seus artigos, com o fato de ser ou não o requerente proprietário de imóveis.

Limita-se, simplesmente, no seu art. 2º, § único, a conceituar os necessitados para fins legais, como os que não podem pagar as custas do processo e honorários de advogado, sem prejuízo de sustento próprio e da família.

Julgado publicado em RJTJESP 101/276, anota que é irrelevante o fato do beneficiário da gratuidade ser proprietário de imóvel, desde que não produza renda que permita pagar as custas e honorários.

Não bastasse o exposto, a Lei 7.510, de julho de 86, deu nova redação ao art. 4, da Lei 1.060/50, a saber:

"A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

Paira, por conseguinte, a presunção juris tantum, de que até prova em contrário, a suplicada é pobre, nos exatos termos da lei. A propósito, veja-se julgado proferido pelo Egrégio 1o. Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, nos autos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Agravo de Instrumento nº 819.208-1, desta comarca.

Não pode, ainda, passar sem observação o fato de que segundo documentação acostada a fls. 30/34, a ora impugnada não apresentou declaração de Imposto de Renda junto à Receita Federal nos últimos anos e o documento de fls. 37, dá conta de que ela percebe, a título de salário, quantia pouco superior a um salário mínimo, o que justifica a concessão do benefício da Assistência Judiciária.

Isto posto, e considerando que a impugnante não logrou demonstrar que a impugnada tenha condições de suportar os ônus da ação em apenso, a improcedência deste incidente é medida que se impõe.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedente esta impugnação, mantendo a gratuidade concedida à impugnada, inclusive em relação a honorários advocatícios.**

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 22 de janeiro de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO